

# IMPLICAÇÕES DOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SOBRAL-CE

Ana Gleysce Moura Brito (FaE/UFMG)  
ana.mourabrito@yahoo.com.br

## Introdução

A reforma do Estado brasileiro incorporou à administração pública os princípios da iniciativa privada, quais sejam: a eficiência, a eficácia e o modelo de gestão para resultados. Por meio do documento *O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, procurou-se estabelecer as diretrizes para a implantação de um novo modelo de administração pública estatal no país (Bresser, 2000), tendo como principais características a privatização, cortes de gastos, redução do funcionalismo público e o estabelecimento de parcerias público-privadas (Marques, 2020; Oliveira, 2019).

No campo educacional, o movimento de reformas realizadas a partir dos anos de 1990 em diversos países foi denominado de *reforma empresarial* (Ravitch, 2011), de *Movimento Global de Reforma da Educação* (Hipolyto, 2019) ou de *Nova Gestão Pública* (NGP) (Verger & Normand, 2015). Corroborando com Ravitch (2011), Freitas entende que tais reformas não correspondem a uma *nova gestão pública*, pois o que está em jogo não é uma mudança na forma de gestão da educação, mas a transferência dos serviços educativos para entidades privadas por meio da privatização direta ou por terceirização (Freitas, 2018).

De acordo com Verger e Normand (2015), a NGP “não implica uma retirada do Estado do âmbito dos serviços públicos, mas supõe repensar as funções governamentais da gestão destes serviços” (Verger; Normand, 2015, p. 601). Nessa perspectiva, o Estado, em vez de gerir diretamente os serviços educativos, fortalece seu papel de regulador e de distribuidor de incentivos aos prestadores dos serviços públicos. Essa nova forma de atuação do Estado vem sendo denominada por alguns autores de Estado-avaliador (Afonso, 2013; Schneider, 2015).

Nesse contexto, observa-se uma profunda modificação na gestão da Educação Básica pública brasileira, marcada pela inserção da lógica empresarial no setor público a partir dos processos de privatização da escola básica. Como privatização da Educação,

entende-se o amplo processo de transferência dos serviços educativos para entidades privadas com ou sem fins de lucro (Freitas, 2018; Adrião, 2018).

Adrião (2018) tem utilizado *privatização* em vez de *mercantilização*, de *parcerias público-privadas*, de *comoditização*, entre outros, pois considera que esse termo abrange, mais precisamente, os processos analisados. A partir das contribuições de Adrião (2018), a presente pesquisa teve como objetivo geral *analisar as implicações dos processos de privatização da educação no trabalho docente da rede municipal de Sobral-CE*.

Para responder à questão *Quais as implicações dos processos de privatização da Educação no trabalho docente da rede municipal de Sobral-CE?*, delineou-se os seguintes objetivos específicos: 1) Contextualizar os processos de privatização da Educação Básica pública brasileira a partir da Reforma do Estado dos anos de 1990; 2) Examinar a política educacional de Sobral-CE a partir da reforma educacional realizada no município em 2001; 3) Analisar as implicações da terceirização da gestão educacional no trabalho docente da rede municipal de Sobral-CE.

A pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos adotados na condução da investigação foram as pesquisas bibliográfica e documental (Evangelista, 2012). Como referencial teórico-metodológico, optou-se pela utilização do Materialismo Histórico-Dialético (Almeida, 2018).

## **Desenvolvimento**

A partir de levantamento bibliográfico, que abrangeu produções publicadas entre 1990 e 2014, Adrião (2018) classificou as formas predominantes de privatização da Educação Básica brasileira em três dimensões: a privatização da oferta educativa; a privatização do currículo; e a privatização da gestão da Educação. A presente pesquisa teve como foco uma das dimensões da privatização identificadas pela autora, a privatização da gestão da Educação. Conforme Adrião (2018), essa dimensão refere-se à subordinação da Educação à iniciativa privada no que se refere à definição dos fins e dos meios da educação obrigatória.

Entre as formas de privatização da gestão da Educação, a terceirização da gestão de escolas ou de redes inteiras por meio de “parcerias” entre o poder público e entidades privadas tem se apresentado como uma alternativa à privatização, pois, conforme

argumentam seus defensores, a gestão da escola é concedida à iniciativa privada, geralmente a organizações sociais sem fins lucrativos, mas permanece sob a propriedade do Estado. Contudo, autores como Freitas (2018), argumentam que, ao se transferir a gestão educacional para uma organização privada, o poder público deixa de ter o controle dos processos educativos, delegando a uma entidade de Direito privado a tomada de decisões em relação aos processos e às finalidades da Educação pública estatal.

O avanço da terceirização da gestão educacional no país pode ser observado a partir de iniciativas recentes de estados e municípios que tentaram autorizar a transferência da gestão de escolas públicas para uma Organização Social (OS). Em 2017, o governo do estado da Paraíba publicou edital para escolha de uma OS para atuar em 652 escolas da rede estadual (Silva, 2020). Mais recentemente, o Projeto de Lei 573/2021, cujo objetivo é autorizar que o poder executivo contrate organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para gerir as escolas da rede municipal de São Paulo, ganhou grande repercussão na mídia, tendo em vista seu caráter privatizante (Silva, 2020).

Em ambos os casos, uma OS passaria a interferir diretamente nos processos pedagógicos de escolas públicas, além de poder realizar a contratação de professores, descaracterizando o caráter constitucional da profissão docente do setor público como uma categoria cujo ingresso na carreira deve ser obrigatoriamente por meio de concurso público (Silva, 2020).

A prática da terceirização da gestão da Educação para uma OS não é uma novidade no país, pois desde 2006 o sistema educacional de Sobral-CE passou a ser gerido por uma entidade privada qualificada como OS – a *Escola de Formação Permanente do Magistério e Gestão Educacional (Esfapege)*. Essa OS é responsável por gerir a rede municipal de ensino, por produzir o material estruturado utilizado pelas escolas e pela avaliação diagnóstica aplicada aos estudantes, bem como pela formação continuada dos profissionais da educação do sistema público de ensino do município.

## **Conclusão**

Como resultados, evidenciou-se um processo de desvalorização do trabalho docente da rede municipal de Sobral-CE, tendo em vista as mudanças observadas na

carreira, na formação e nas condições de trabalho docente desse município no período analisado.

## Referências

- ADRIÃO, Thereza. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. A “introdução” dos *grundrisse* de 1857: o método de pesquisa marxiano em contraposição às posições “pós-modernistas”. *Revista eletrônica Arma da crítica*, n. 10, p. 6-27, out. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 4, p. 7 a 26, 2000.
- EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas: Alínea, 2012, p. 52-71.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão popular, 2018.
- HYPÓLITO, Álvaro M. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 187–201, 2019.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A profissão docente no contexto da Nova Gestão Pública no Brasil. In: *Políticas educacionais e a reestruturação da profissão do educador: perspectivas globais e comparativas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- RAVITCH, Daiana. *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: Como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SILVA, Amanda Moreira da. *Formas e Tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras*. Curitiba: CRV, 2020.
- SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. Accountability em Educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-Avaliador? *ETD – Educ. Temat. Digit.* Campinas, São Paulo. v.17, n.1, p.58-74. jan./abr. 2015.
- VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. *Educación & Sociedade*. Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set., 2015.